

**Companhia Nipo - Brasileira de
Pelotização - Nibrasco**

Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração de resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

7. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1 e nº 8, as receitas da Sociedade estão concentradas com seu acionista Vale S.A. Estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

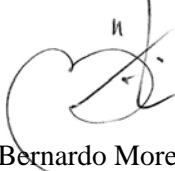
Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

8. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira apenas para companhias abertas. Essa demonstração apresentada de forma suplementar foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Companhia Nipo - Brasileira de Pelotização – Nibrasco

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2015	2014	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	438.616	393.820	Fornecedores			
Contas a receber	7 e 8	27.384	3	Partes relacionadas	8	44	5.392
Tributos a recuperar	9	6.457	11.992	Outros		4.290	8.959
Outros ativos		<u>56</u>	<u>567</u>	Dividendos a pagar	8 e 15 (d)	69.170	49.878
		<u>472.513</u>	<u>406.382</u>	Tributos a pagar	13	78.763	69.081
				Outros passivos		<u>251</u>	<u>235</u>
						<u>152.518</u>	<u>133.545</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Tributos diferidos	12(a)	2.908	-
Depósitos judiciais	14(c)	120.872	93.741	Provisão para contingências	14(d)	<u>10.079</u>	<u>9.067</u>
Tributos diferidos	12(a)	-	4.735			<u>12.987</u>	<u>9.067</u>
Outros	12(a)	<u>535</u>	<u>2.954</u>	Patrimônio líquido	15		
		<u>121.407</u>	<u>101.430</u>	Capital social		432.364	432.364
Imobilizado	10	367.940	358.669	Reservas de lucros		<u>363.991</u>	<u>291.550</u>
Intangível	11	<u>-</u>	<u>45</u>			<u>796.355</u>	<u>723.914</u>
		<u>489.347</u>	<u>460.144</u>				
Total do ativo		<u><u>961.860</u></u>	<u><u>866.526</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>961.860</u></u>	<u><u>866.526</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco

Demonstração de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações do capital social)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita líquida de arrendamento	17	403.933	346.650
Custo do arrendamento	18	<u>(45.708)</u>	<u>(43.094)</u>
Lucro bruto		<u>358.225</u>	<u>303.556</u>
Receitas (despesas) operacionais	19		
Gerais e administrativas		(6.031)	(4.738)
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>(1.015)</u>	<u>109</u>
		<u>(7.046)</u>	<u>(4.629)</u>
Lucro operacional		<u>351.179</u>	<u>298.927</u>
Resultado financeiro	20		
Despesas financeiras		(2.709)	(9.489)
Receitas financeiras		<u>83.812</u>	<u>22.618</u>
		<u>81.103</u>	<u>13.129</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>432.282</u>	<u>312.056</u>
Imposto de renda e contribuição social	12 (b)		
Corrente		(133.395)	(101.926)
Diferido		<u>(7.643)</u>	<u>(119)</u>
		<u>(141.038)</u>	<u>(102.045)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>291.244</u>	<u>210.011</u>
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social - Básico e diluído - em Reais		<u>1,79</u>	<u>1,29</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício		291.244	210.011
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		<u>291.244</u>	<u>210.011</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Reservas de Lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva para investimentos	Reserva de dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2014	432.364	49.967	181.450	91.916	-	755.697
Pagamento de dividendos (AGO 17 de abril de 2014)	-	-	-	(91.916)	-	(91.916)
Pagamento de dividendos (RCA 08 de dezembro de 2014)	-	-	(100.000)	-	-	(100.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	210.011	210.011
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal	-	10.501	-	-	(10.501)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(49.878)	(49.878)
Reserva de dividendo adicional proposto	-	-	-	149.632	(149.632)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	432.364	60.468	81.450	149.632	-	723.914
Pagamento de dividendos (AGO 17 de abril de 2015)	-	-	-	(149.632)	-	(149.632)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	291.244	291.244
Destinação do lucro do exercício:						
Reserva legal	-	14.562	-	-	(14.562)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(69.171)	(69.171)
Reserva de dividendo adicional proposto	-	-	-	207.511	(207.511)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	432.364	75.030	81.450	207.511	-	796.355

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>Notas</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		432.282	312.056
Ajustes			
Depreciação e amortização	10 e 11	50.173	59.357
Perda com baixa de imobilizados/intangíveis		1.131	-
Créditos de PIS e COFINS sobre imobilizado	18	(4.465)	(10.111)
Reversão de provisão para contingências	19	-	239
Reversão de provisão de ICMS - baixa pelos registros fiscais	19	(1.149)	(347)
Variação monetária, juros sobre contingências e atualização de depósitos judiciais	20	(54.658)	5.680
		<u>423.314</u>	<u>366.874</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(27.381)	2
Tributos a recuperar		11.433	1.840
Depósitos judiciais		25.540	531
Outros ativos		2.931	(3.412)
Fornecedores		(10.047)	8.095
Tributos a pagar		12.512	54.761
Provisão para contingências		(116)	-
Outros passivos		45	190
		<u>438.232</u>	<u>428.881</u>
Tributos sobre o lucro		(133.395)	(102.045)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>304.837</u>	<u>326.836</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	10	(60.530)	(30.772)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		<u>(60.530)</u>	<u>(30.772)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	15	(199.511)	(222.555)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		<u>(199.511)</u>	<u>(222.555)</u>
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa no exercício		44.796	73.509
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>393.820</u>	<u>320.311</u>
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício		<u>438.616</u>	<u>393.820</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - Nibrasco

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receitas		
Receita bruta com arrendamento	445.106	381.984
Outras receitas (despesas)	<u>(2.494)</u>	<u>11.712</u>
Valor adicionado bruto produzido pela Sociedade	<u>442.612</u>	<u>393.696</u>
Depreciação e amortização	<u>(50.173)</u>	<u>(59.357)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade	<u>392.439</u>	<u>334.339</u>
Valor recebido em transferência		
Receitas financeiras	<u>83.812</u>	<u>22.617</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>476.251</u>	<u>356.956</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	<u>69</u>	<u>72</u>
Impostos, taxas e contribuições	<u>182.230</u>	<u>137.384</u>
Juros e variações monetárias e cambiais	<u>2.709</u>	<u>9.489</u>
Dividendos	69.170	49.878
Lucros retidos	<u>222.073</u>	<u>160.133</u>
	<u>291.243</u>	<u>210.011</u>
Valor adicionado distribuído	<u>476.251</u>	<u>356.956</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Nipo-Brasileira de Pelotização - NIBRASCO (a "Sociedade") é uma sociedade anônima de direito privado, constituída em 1974, sendo controlada em conjunto por uma associação da Vale S.A. ("Vale") com um grupo de cinco empresas japonesas Nippon Steel & Sumimoto Metal Corporation, JFE Steel Corporation, Kobe Steel Ltd., Nisshin Steel Ltd. e a Sojitz Corporation. Suas atividades originalmente compreendiam a produção e comercialização de pelotas de minério de ferro.

Em 1º de maio de 2008 a Sociedade celebrou com seu acionista Vale contrato de arrendamento operacional de suas usinas de pelotização, vigorando a partir da data da sua assinatura. Este contrato tem o objetivo de gerar ganhos de sinergia com as usinas de pelotização já administradas pela Vale.

As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 31 de março de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico como base de valor.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade e, também, sua moeda de apresentação.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 *Classificação*

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponível para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Nos exercícios apresentados nas demonstrações contábeis, a Sociedade somente possuía ativos financeiros classificados sob a categoria empréstimos e recebíveis.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Sociedade compreendem "Contas a receber", "Depósitos judiciais" e "Caixa e equivalentes de caixa".

2.4.2 *Reconhecimento e mensuração*

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Sociedade se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

2.4.3 *Compensação de instrumentos financeiros*

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.4 *Impairment de ativos financeiros*

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Sociedade avalia no final de cada período das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Sociedade usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. A Sociedade, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Sociedade avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Sociedade pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não havia evidência objetiva de *impairment* nos ativos financeiros da Sociedade.

2.5 Contas a receber de clientes e partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas correspondem aos valores a receber da Vale S.A. relacionados à receita de arrendamento no curso normal das atividades da Sociedade. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.6 Ativos intangíveis

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os software e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *software* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.7 Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Tempo estimado de vida útil
Edificações	33 anos
Instalações e sistemas operacionais	10 a 50 anos
Equipamentos autônomos	5 a 30 anos
Outros	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

2.8 **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Em 2015 e 2014, a administração não identificou qualquer evento ou circunstância que indicasse que o valor contábil não será recuperável.

2.9 **Contas a pagar aos fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 **Provisões**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos indiretos) são reconhecidas quando: a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11 **Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo são integralmente reconhecidos.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.12 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.13 Reconhecimento da receita

Arrendamentos mercantis para os quais a Sociedade não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo arrendamento da usina à Vale, sendo apropriada mensalmente ao resultado e na medida em que:

- Os custos relacionados a esse arrendamento possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurada com segurança; e
- Seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos e realizadas exclusivamente aos sócios na proporção da participação acionaria.

2.14 Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, da Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.15 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Sociedade ao final do exercício, com base no estatuto social da Sociedade.

2.16 Novas normas e interpretações

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações contábeis da Sociedade estão abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pelo CFC.

- **IFRS 9 Financial instruments** - Em julho 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 9, que trata do reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros, além de contratos de compra e venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia não espera impactos significativos na adoção deste pronunciamento.
- **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers** - Em maio de 2014 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 15 - Revenue from Contracts with customers, que trata do reconhecimento das receitas de contrato de clientes de acordo com a transferência de bens e serviços envolvidos para o cliente, em valores que reflitam o pagamento ao qual a companhia espera ter direito na transferência desses bens e serviços, e substitui o IAS 18 - Revenue, o IAS 11 - Construction contracts e as interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2018 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.
- **IFRS 16 Leases** - Em janeiro de 2016 o IASB emitiu o pronunciamento IFRS 16, que define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de leases (arrendamentos). O IFRS 16 substitui o IAS 17 – Leases e interpretações relacionadas. A adoção será requerida a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia está analisando possíveis impactos referentes a este pronunciamento nas demonstrações contábeis.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade está sujeita ao pagamento de imposto de renda de acordo com a legislação brasileira. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Vida útil dos ativos

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Provisões para contingências

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A constituição de provisão para contingências é determinada com base nos prognósticos de perda dos consultores jurídicos da Sociedade, os quais são avaliados e definidos pela administração.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Após o arrendamento operacional dos ativos, a Sociedade passou a restringir seu risco financeiro, notadamente o risco de crédito e liquidez.

a. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e depósitos em bancos, que são mantidos com instituições financeiras de primeira linha, e contas a receber com seu acionista Vale. A Sociedade avalia os riscos das instituições com base em metodologia específica.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Sociedade, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais

O excesso de caixa mantido pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos financeiros com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos sócios, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Sociedade pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

5 Instrumentos financeiros por categoria

As contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e depósitos judiciais são classificadas como "empréstimos e recebíveis"; as contas a pagar são classificadas como "Outros passivos financeiros".

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	438.616	393.820
Contas a receber	27.383	3
Depósitos judiciais	<u>120.872</u>	<u>93.741</u>
	<u>586.871</u>	<u>487.564</u>
Outros passivos financeiros		
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Passivos, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	<u>4.334</u>	<u>14.350</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e bancos	712	370
Aplicações financeiras	<u>437.904</u>	<u>393.450</u>
	<u>438.616</u>	<u>393.820</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), gerando rentabilidade em 2015 de 13,30% (10,86% em 2014). Os valores estão atualizados pelos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

7 Contas a receber

O saldo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é composto por valores a receber do arrendamento operacional.

	2015	2014
Cientes partes relacionadas	27.383	-
Cientes no país terceiros	1	3
	27.384	3

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não havia saldo de contas a receber vencidos. Não há provisão para créditos de liquidação duvidosa uma vez que não há histórico de atrasos.

8 Parte relacionadas

i. Transações e saldos

	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contas a receber - Vale S.A. Fornecedor	27.383	-	-	-
Vale S.A.	-	38	-	5.386
Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia	-	6	-	6
Dividendos a pagar				
Vale S.A.	-	35.277	-	25.438
Nippon Steel & Sumimoto Metal Corporation	-	21.699	-	15.647
JFE Steel Corporation	-	8.321	-	6.000
Kobe Steel Ltd.	-	2.068	-	1.491
Nisshin Steel Ltd.	-	1.127	-	813
Sojitz Corporation	-	678	-	489
	27.383	69.214	-	55.270

Os principais saldos de resultado com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2015	2014
Receita de arrendamento		
Vale S.A. (Nota 17)	445.106	381.984

Todas as operações com partes relacionadas estão formalizadas através de contratos celebrados entre as partes.

As contas a receber de pessoas ligadas representam os valores que a Sociedade tem a receber da Vale S.A. pelo arrendamento da usina da unidade de pelotização.

Em maio de 2008 a Sociedade celebrou com o seu acionista Vale contrato de arrendamento operacional da sua Usina de Pelotização, vigorando a partir da data da sua assinatura. Em 30 de dezembro de 2010 foi assinada a 1ª alteração do contrato. Este contrato tem o objetivo de gerar ganhos de sinergia com as usinas de pelotização já administradas pela Vale, que deverá pagar os seguintes valores: (i) parcela fixa anual de R\$ 56.429, a serem reajustados no final de cada ano civil, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) e (ii) uma variável resultante da performance da Planta de Pelotização.

ii. Remuneração do pessoal-chave da administração

As informações apresentadas incluem as bases referentes a diretores. A remuneração paga ou a pagar por serviços está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Honorários da diretoria e Conselho de administração	6	9

Não há remuneração baseada em ações da própria Sociedade ou incentivos de longo prazo.

9 Tributos a recuperar

	2015	2014
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	6.441	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	4
Contribuição para Financiamento da seguridade social - COFINS	7	8.198
Programa de integração Social - PIS	-	1.795
Outros	9	1.995
	6.457	11.992

10 Imobilizado

	Edificações	Instalações e sistemas operacionais	Equipamentos autônomos	Outros	Total em operação	Imobilizado em curso	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2014							
Saldo inicial	6.799	278.087	15.189	6.365	306.440	80.420	386.860
Aquisição	-	-	-	-	-	30.772	30.772
Transferência	36.753	9.953	2.135	44	48.885	(48.885)	-
Depreciação	(15.029)	(40.644)	(2.199)	(1.091)	(58.963)	-	(58.963)
Saldo final	<u>28.523</u>	<u>247.396</u>	<u>15.125</u>	<u>5.318</u>	<u>296.362</u>	<u>62.307</u>	<u>358.669</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014							
Custo total	54.686	889.488	26.044	9.154	979.372	62.307	1.041.679
Depreciação acumulada	(26.163)	(642.092)	(10.919)	(3.836)	(683.010)	-	(683.010)
Saldo contábil, líquido	<u>28.523</u>	<u>247.396</u>	<u>15.125</u>	<u>5.318</u>	<u>296.362</u>	<u>62.307</u>	<u>358.669</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015							
Saldo inicial	28.523	247.396	15.125	5.318	296.362	62.307	358.669
Aquisição	-	29.772	102	-	29.874	30.656	60.530
Transferência	309	21.121	313	60	21.803	(21.803)	-
Alienação	-	-	-	-	-	(1.131)	(1.131)
Depreciação	(1.407)	(45.892)	(1.951)	(878)	(50.128)	-	(50.128)
Saldo final	<u>27.425</u>	<u>252.397</u>	<u>13.589</u>	<u>4.500</u>	<u>297.911</u>	<u>70.029</u>	<u>367.940</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015							
Custo total	54.995	940.381	26.459	9.214	1.031.049	70.029	1.101.078
Depreciação acumulada	(27.570)	(687.984)	(12.870)	(4.714)	(733.138)	-	(733.138)
Saldo contábil, líquido	<u>27.425</u>	<u>252.397</u>	<u>13.589</u>	<u>4.500</u>	<u>297.911</u>	<u>70.029</u>	<u>367.940</u>

11 Intangível

	2015	Movimentação	2014
Software	2.986	-	2.986
Amortização acumulada	(2.986)	(45)	(2.941)
Saldo contábil, líquido	<u>-</u>	<u>(45)</u>	<u>45</u>

12 Imposto renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Sociedade possui os seguintes montantes de diferenças temporárias, conforme demonstrados:

	<u>Base</u>		<u>Alíquota</u>	<u>Imposto e contribuição</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>		<u>2015</u>	<u>2014</u>
Diferenças temporárias sobre provisões	22.504	14.179	34%	7.651	4.821
Diferenças temporárias sobre atualização de depósitos judiciais	<u>(31.058)</u>	<u>(253)</u>	34%	<u>(10.559)</u>	<u>(86)</u>
	<u>(8.554)</u>	<u>13.926</u>		<u>(2.908)</u>	<u>4.735</u>

b. Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetam os resultados dos exercícios, reconciliados com a alíquota nominal, são demonstrados como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro	432.282	312.056
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(146.976)	(106.099)
Reversões de provisão para perda de ICMS	391	118
Reversões de provisão para perda de investimento		
Outros itens permanentes	<u>5.547</u>	<u>3.936</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(141.038)</u>	<u>(102.045)</u>
Corrente	(133.395)	(101.926)
Diferido	<u>(7.643)</u>	<u>(119)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(141.038)</u>	<u>(102.045)</u>

13 Tributos a pagar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)		
Devida no ano	36.550	28.850
Antecipada no ano	<u>(18.092)</u>	<u>(11.748)</u>
Saldo a pagar em dezembro	<u>18.458</u>	<u>17.102</u>
Imposto de renda (IRPJ)		
Devida no ano	96.844	78.158
Antecipada no ano	<u>(43.269)</u>	<u>(30.562)</u>
Saldo a pagar em dezembro	<u>53.575</u>	<u>47.596</u>
PIS e COFINS	6.524	3.566
Outros	<u>206</u>	<u>817</u>
	<u>78.763</u>	<u>69.081</u>

14 Contingências e compromissos assumidos

A Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	2015		2014	
	Depósitos judiciais	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para contingências
Imposto de renda e contribuição social	125	-	6.678	-
PIS e COFINS	-	-	98	-
ICMS sobre demanda de energia elétrica	107.141	-	74.582	-
ICMS sobre encargos de capacidade emergencial	4.840	-	4.100	-
Encargos de capacidade emergencial	8.021	8.349	7.342	7.313
Reclamações trabalhistas e outros	745	1.730	941	1.754
	120.872	10.079	93.741	9.067

A Sociedade é parte envolvida em processos cíveis, tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e seus valores são considerados suficientes para cobrir eventuais perdas. Em determinados processos judiciais, ao invés de efetuar o depósito judicial, a Sociedade apresentou fianças bancárias que totalizam R\$ 52.470.

Adicionalmente, a Sociedade possui em 31 de dezembro de 2015, o montante de R\$ 844.128 (2014 - R\$ 534.240), referente a processos das naturezas acima citadas, que, conforme estimativas da administração, com base na opinião de seus consultores foram classificadas com expectativa de perda possível, não requerendo a constituição de provisão para contingências. A causa possível mais relevante em 31 de dezembro encontram-se descritas abaixo:

- i. No período de 2006 a 2008, a Sociedade foi autuada pela Receita Federal do Brasil referente a cobrança de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de venda de pelotas com o fim de exportação. O valor atualizado dos referidos processos é de R\$ 772.778.

A Sociedade atuava na produção e venda de pelotas de minério de ferro aglomerados (pelotas) e não aglomerados (finos). De acordo com entendimento da Administração e seus assessores jurídicos, o minério de ferro não aglomerados (finos) era comercializado no mercado interno e já sofria a devida tributação. enquanto que o minério de ferro aglomerado (pelotas) era comercializado no mercado externo e, por isso, fica afastada a incidência de PIS/PASEP e COFINS sobre a operação de vendas de pelotas com o fim de exportação.

- ii. Em 1995 a Sociedade iniciou uma discussão judicial acerca da incidência do ICMS sobre a demanda de energia elétrica contratada e não consumida, e obteve autorização para realizar depósitos judiciais dos valores em discussão, realizados entre 1999 e 2005. Nos anos subsequentes, o Estado do Espírito Santo emitiu autos de infração para preservar o direito ao crédito tributário. Em 29 de fevereiro de 2016 (evento subsequente) foi protocolada, junto a Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, proposta de acordo para encerramento das disputas mencionadas. A proposta de acordo consiste em:

- Renúncia por parte da Sociedade de valores devidos de ICMS sobre demanda de energia elétrica contratada e não consumida em aproximadamente R\$110.200, cujos valores encontram-se depositados judicialmente;
- Renúncia por parte do Estado do Espírito Santo de valores relativos a juros e multa aplicados em aproximadamente R\$135.000; e
- Renúncia por parte do Estado do Espírito Santo de valores relativos a ICMS sobre demanda de energia elétrica contratada e não consumida pela sociedade, em aproximadamente R\$3.500.

A proposta de acordo encontra-se em processo de análise por parte da Procuradoria Geral do Estado do Espírito.

a. Depósitos judiciais

	<u>2014</u>	<u>Atualização adição (baixa)</u>	<u>Baixas</u>	<u>2015</u>
Imposto de renda e contribuição social	6.678	2	(6.555)	125
PIS e COFINS	98	-	(98)	-
ICMS sobre demanda de energia elétrica	74.582	32.559	-	107.141
ICMS sobre encargos de capacidade emergencial	4.100	740	-	4.840
Encargos de capacidade emergencial	7.342	679	-	8.021
Reclamações trabalhistas e outros	941	644	(840)	745
	<u>93.741</u>	<u>34.624</u>	<u>(7.493)</u>	<u>120.872</u>

b. Provisão para contingências

	<u>2014</u>	<u>Atualização monetária e juros</u>	<u>Baixas</u>	<u>2015</u>
Encargos de capacidade emergencial	7.313	1.036	-	8.349
Reclamações trabalhistas e outros	1.754	92	(116)	1.730
	<u>9.067</u>	<u>1.128</u>	<u>(116)</u>	<u>10.079</u>

O principal processo judicial com perda provável está relacionado a discussão quanto à cobrança de Encargo de Capacidade Emergencial - ECE e o Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial - EAE destinados à empresa pública Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial-CBEE (ECE/EAE - Lei 10.438/02 e Res. ANEEL n. 249/02, incluídos nas contas de energia elétrica entre o período de 2002 a 2005.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é a seguinte:

	<u>Quantidade de ações</u>
Ações ordinárias nominativas sem valor nominal	
Acionista do país	83.101.937.692
Acionista do exterior	<u>79.843.038.077</u>
	<u>162.944.975.769</u>

O capital do acionista domiciliado no exterior está registrado no Banco Central do Brasil por US\$ 24,500 (milhares de dólares norte-americanos) e JPY\$ 9.080,336 (milhares de Ienes japoneses).

b. Dividendos propostos

Os acionistas têm direito de receber um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, calculado conforme estabelece o Art. 202 - § 2o da Lei 6404/76 uma vez que o Estatuto Social da Sociedade é omissivo.

Os dividendos a pagar, relativos ao exercício de 2014 no valor de R\$ 149.632, deliberados através da Assembléia Geral Ordinária (AGO) de 17 de abril de 2015 foram pagos aos seus acionistas durante o exercício de 2015.

A administração da Sociedade propôs a destinação de 100% do resultado do exercício de 2015, deduzido da reserva legal de 5%, para distribuição de dividendos.

c. Reservas de lucros

Reserva legal - constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Reserva para investimentos - refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Sociedade, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Sociedade, para ser deliberado na Assembléia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Reserva para dividendo adicional proposto - Conforme preconizado pelo ICPC 08, excedente aos 25% do lucro líquido do exercício, será mantido no patrimônio líquido, no grupo de reserva de dividendo adicional proposto.

O pagamento deste saldo excedente das reservas de lucros será deliberada pela Assembleia de sócios.

Destinação do resultado do exercício

A administração propôs aos acionistas, com base na Lei das Sociedades por Ações, a seguinte destinação do resultado apurado em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Origens		
Lucro líquido do exercício	291.244	210.011
Absorção de lucros acumulados de exercícios anteriores	-	-
Total das origens	<u>291.244</u>	<u>210.011</u>
Destinações		
Reserva legal	14.562	10.501
Dividendos mínimos obrigatórios	69.171	49.878
Reserva especial dividendos	207.511	149.632
Total das destinações	<u>291.244</u>	<u>210.011</u>

16 Créditos fiscais de ICMS

A Sociedade possui em 31 de dezembro de 2015 R\$ 51.661 (2014 - R\$ 52.810) de créditos de ICMS que ainda não foram negociados e que também se encontram totalmente provisionados em função da Companhia não ter estimativa de recuperação desse saldo.

17 Arrendamento operacional

As usinas da Nibrasco foram arrendadas pela Vale, sob um contrato de arrendamento operacional, com prazo de vigência a partir de 1º de maio de 2008 a 30 de abril de 2038, pelos seguintes valores: (i) parcela fixa anual de R\$ 56.429 e (ii) uma parcela variável resultante da performance da Planta de Pelotização. Os valores totais envolvidos nos exercícios de 2015 e 2014 foram como segue:

	2015	2014
Parcela fixa	69.932	67.471
Parcela variável	375.174	314.513
	<u>445.106</u>	<u>381.984</u>

Em 30 de dezembro de 2010, foi elaborada a 1ª alteração ao contrato de arrendamento operacional, que passa a vigorar por 3 anos a partir da data de execução desta alteração e será automaticamente renovado por iguais períodos, salvo se qualquer das partes enviar notificação por escrito para descontinuidade do contrato, pelo menos, um ano antes do fim do respectivo prazo. A parcela fixa anual de R\$ 56.429, tem prazo de vigência de 30 de dezembro de 2010 a 30 de dezembro de 2013 com cláusula de renovação automática. Essa parcela será reajustada no final de cada ano civil, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços de Mercado, publicados pela Fundação Getúlio Vargas - (IGPM/FGV).

Receita

A reconciliação da receita do arrendamento para a receita líquida é como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita com arrendamento	445.106	381.984
Impostos sobre arrendamento	<u>(41.173)</u>	<u>(35.334)</u>
Receita líquida	<u>403.933</u>	<u>346.650</u>

18 Custo do arrendamento

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Depreciação e amortização	(50.173)	(53.205)
Crédito de PIS e COFINS sobre depreciação	<u>4.465</u>	<u>10.111</u>
	<u>(45.708)</u>	<u>(43.094)</u>

19 Outras (despesas) receitas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Provisão para contingências	-	(239)
Reversão de (provisão) para perda de ICMS	1.149	347
Pesquisa e desenvolvimento	(1.694)	(3.248)
Baixa processo ICMS	(397)	-
Despesas incentivadas	(4.663)	(1.956)
Restituição processo judicial	534	-
Alienação de investimentos	(1.131)	115
Outras despesas e receitas	<u>(844)</u>	<u>352</u>
	<u>(7.046)</u>	<u>(4.629)</u>

20 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é como segue:

	2015	2014
Atualização de depósitos judiciais	55.787	1.305
Rendimento de aplicação financeira	28.024	20.894
Atualização de impostos a recuperar	-	416
Outros	1	3
Receitas financeiras	83.812	22.618
Comissão de fiança bancária	(1.011)	(1.987)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(497)	-
Multas e juros sobre auto de infração	(35)	(17)
Atualização monetária e juros de contingências	(1.129)	(7.401)
Outros	(37)	(84)
Despesas financeiras	(2.709)	(9.489)
	81.103	13.129

21 Cobertura de seguros (não auditado)

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Sociedade possuía uma apólice de seguro contratada com terceiros, para cobertura de todos os riscos de danos materiais, inclusive quebra de máquinas e interrupção de produção e consequente perda de receita, sendo que o montante da cobertura corresponde a R\$ 5.284.577 (R\$ 4.086.285 em 2014).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

22 Plano de suplementação de aposentadoria

Fundo de pensão - Valia

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Vale, de suas coligadas e de outras que venham a participar dos planos por ela administrados.

A Sociedade, junto à Vale e suas sociedades coligadas, é patrocinadora da Valia no plano de Contribuição Definida - CD.

As contribuições das patrocinadoras ao plano Valia apresentam-se como segue:

- Contribuição ordinária - destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda. É idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação.
- Contribuição extraordinária - pode ser realizada em qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário por ocasião da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição especial - destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Sociedade efetuou contribuições ao plano Valia no montante de R\$ 63 (2014 - R\$ 63).

Diretoria

José Lúcio Pádua Soares Junior
Diretor Superintendente

Leonardo Gava
Diretor

Responsáveis Técnicos

Bruno Mendes de Moraes
Gerente de Contabilidade Subsidiárias
Brasil

Juçanã Souza
Contador
CRC-RJ 076066/O-7 "S" ES